



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O ENSINO PRIMÁRIO DE MATEMÁTICA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Eduardo Viana Gaudio

RESUMO

Este texto refere-se a um trecho de minha tese de doutorado em Educação na linha de Educação Matemática, que se encontra em fase de defesa no Programa de pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. Esse trabalho tem como objetivo constituir uma identidade do Ensino Primário de Matemática no Espírito Santo no período 1840-1870. Partindo do método indiciário, buscamos, em documentos da província do Espírito Santo, indícios do Ensino Primário de Matemática. A matemática que era efetivamente ensinada não apresentava bons resultados, em geral, assim como todo o ensino primário da província durante o período em que nos dedicamos a estudar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação matemática primária, Educação no império, Educação no Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

Reler a história com um olhar contemporâneo é algo instigante, pois temos sempre a impressão mais imediata de estarmos nos vendo no passado, embora sejamos conscientes dessa impossibilidade de nos desnudarmos do presente. Em sentido semelhante, inúmeras leis e mudanças ocorreram no período imperial brasileiro na província do Espírito Santo, porém indícios do passado parecem estar fortemente marcados na educação da atualidade. É em busca desses indícios que nos propomos a realizar uma pesquisa histórico-documental, que não objetiva



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

apenas escrever a respeito do processo de construção da educação, em especial do ensino básico de matemática no Espírito Santo – inserido no denominado oficialmente como instrução primária – mas também refletir sobre esse longo processo.

Como objetivo geral nossa pesquisa buscou: construir, a partir de indícios históricos, uma identidade do ensino primário de matemática na província do Espírito Santo durante o período imperial brasileiro. Especificamente tínhamos como intenção: Identificar os principais elementos contextuais da Educação no período imperial brasileiro, tendo como foco central o ensino primário de matemática da província do Espírito Santo; Investigar e estudar que Matemática compunha as bases da instrução escolar e quais as motivações políticas dessa composição; Construir uma história investigativa³²⁴ que possa servir de suporte de pesquisa para questões historicamente relacionadas.

Nessa pesquisa que realizamos nos deparamos com inúmeros percalços. Nos foram reveladas características de pesquisador com formas sistêmicas, as quais produziam, como nos aponta Ginzburg (2002, p.145), com visão e atitude de detetive: “O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”.

Os documentos base de nossa pesquisa são delineados fundamentalmente nos relatórios imperiais da província do Espírito Santo, documentos esses que eram escritos pelos presidentes de província para o imperador a fim de informá-lo sobre o seu trabalho e ações políticas públicas – disponibilizados no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo³²⁵ (APEES); no jornal Correio da

³²⁴ Entendemos “história investigativa” uma história construída a partir de leituras de fontes primárias, pelo pesquisador, confrontadas com outros textos construídos por outros pesquisadores, constituindo-se uma nova leitura, e uma nova história.

³²⁵ O Arquivo Público do Espírito Santo – APEES, apesar de não ter sido o único, foi de especial atenção na busca dos dados devida coletânea extensa de documentos do período imperial brasileiro, mesmo acreditando que esses são apenas amostras de uma vasta documentação produzida durante o período. Outras não pudemos acessar por inúmeros motivos como: inexistência, desconhecimento, entre outros. Acreditamos que com essa



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Victória, publicado durante o Império, no Espírito Santo, com periodicidade diária, contendo informações variadas inclusive sendo meio informativo utilizado pelo governo – disponibilizados em micro-filmes no APEES; no diário do imperador Pedro II em sua visita à província do Espírito Santo em 1860, resgatado pelo historiador Levy Rocha (2008); e nos inúmeros documentos manuscritos – correspondências, atas, relatórios, entre outros relativos à inspetoria do ensino da província do Espírito Santo – disponibilizados em original no APEES.

O processo de interpretação, no momento inicial de coleta de dados, se fez inicialmente de forma elementar, mas apresentava-se como um fator determinante, pois inúmeras eram as dificuldades encontradas. Os documentos manuscritos disponíveis no meu processo de busca de dados estavam na sua forma original, e em precário estado de conservação e armazenamento. Outra questão relevante é o estado de deterioração ao qual encontram-se esses documentos.

Cabe destacar que nosso objeto de pesquisa está centrado na Província do Espírito Santo, século XIX. Mesmo com esse olhar pretendemos contribuir não apenas com a história da educação do Espírito Santo, mas com a do Brasil. Porque, segundo Miguel (2004, p. 114): “[...] as diversidades e peculiaridades regionais são capazes de contribuir para complementar ou enriquecer a história da educação, permitindo que a identificação das mesmas e sua compreensão no contexto nacional possibilitam uma nova síntese”.

Colocamos-nos num lugar incansável de detetive, pesquisador e historiador em busca da informação que possa constituir-se elemento de suporte para uma história que tivemos a pretensão de contar, com caráter indiciário, e que pretende revelar o oculto e dar vozes às personagens que construíram uma identidade do

amostra e os demais dados possamos ter produzido uma história que possa ser contada, noticiada, pesquisada e refletida.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

ensino primário de matemática na província do Espírito Santo durante o período imperial brasileiro, que circunda as reformas promovidas por Couto Ferraz.

A fim de constituir um povo civilizado, o projeto educativo era fundamento básico. “Como uma invenção imperial, em grande parte dos discursos a aprendizagem da leitura, da escrita, das contas, bem como a freqüência à escola se apresentava como fator condicional de edificação de uma nova sociedade”. (VEIGA, 2008, p. 502). Para construir esta nova sociedade era preciso que os cidadãos possuíssem alguns conteúdos acadêmicos, e estes deveriam ser aprendidos na escola. Valente (1999) aponta uma discussão sobre a existência da geometria no ensino primário, que segue resumidamente:

De fato, o que vai ocorrer é que a escola primária, conhecida como de primeiras letras, terá seu conteúdo definido como escola de aprender a ler, escrever e contar. Entendendo-se por “contar” o conhecimento das quatro operações fundamentais da Aritmética. A Geometria, como já havia objetado o Arcebispo da Bahia, deveria ser reservada ao ensino secundário. (VALENTE, 1999, p. 113)

No caso da província do Espírito Santo, pelo menos no “Regime interno das escolas: para se observar provisoriamente” constituído a partir do Regulamento de 1848, também elaborado e assinado por Couto Ferraz o ensino de matemática se estendia ao simplorismo acadêmico constituído a partir das discussões políticas do início do período imperial, como podemos apreciar em um trecho do já citado documento, publicado no Jornal Correio da Victória de 28 de outubro de 1849.

[...] Na 3ª sala estão em 1º banco os que estudão a grammatica nacional, e a aritmética mercantil em 1ªs operações: no 2º banco os que estudão a grammatica, proporções arithmeticas e geométricas: no 3º banco os que continuão nestes mesmos exercícios e com especialidade na syntaxe, orthografia, elementos de geographia, e historia. Victoria 28 de outubro de 1849. – O



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

director, Luiz da Silva Alves d' Azambujo Susano. (CORREIO DA VICTÓRIA, 1849, p.2-3).

No relatório governamental de 1859, o presidente Pedro Leão Velloso, determina os conteúdos a serem ensinados nas escolas de primeiras letras e sua organização entre as classes.

Adoptando a ideia consignada no art. 1º da lei Francesa de 28 de junho de 1833, que a copiou da respectiva lei Prussiana, e está hoje geralmente aceita, o nosso regulamento dividio as escolas em duas classes, ensinando-se nas de primeira classe: – a leitura, a escrita, os rudimentos de grammatica de língua nacional, a theoria e pratica da arithmetica até proporções inclusive, as noções geraes de geometria pratica, a moral christã, e a doutrina da religião do estado; nas de segunda classe: – o mesmo, excepto a geometria, e limitando a arithmetica á teoria e pratica das quatro operações dos números inteiros. (ESPÍRITO SANTO, 1859, p.48-49).

Vale lembrar que a divisão de classes, que apresenta Velloso, não é a mesma do regimento apresentado. No regimento todas as escolas têm a mesma constituição independente da localidade que estão situadas, ou mesmo da quantidade de alunos que a freqüentam. No caso da escola apoiada em idéias da lei francesa, as duas classes são categorias que diferenciam o nível de conteúdos para as escolas primárias.

No caso do ensino da matemática, nas escolas de primeira classe o ensino ia além da aritmética básica, incluindo aplicações práticas desta, proporções e geometria prática. Ressaltamos que estas escolas, estavam estabelecidas em lugares de população mais volumosa, conseqüentemente regiões mais urbanizadas. Naquelas onde o grupo de alunos em estado de aprender estiver na faixa de 20 alunos, as de segunda classe, o ensino deveria-se restringir às quatro operações de aritmética de forma teórica e prática.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Nos métodos mútuo ou simultâneo que mais poderiam dar resultados de aprendizagem, não tinham lentes capazes de aplicá-los, daí os resultados continuam insatisfatórios. Mas podemos referenciar Faria Filho (2000) no sentido de refletir que o tempo de aquisição da língua pátria deveria ser realmente extenso, devidas argumentações que realizamos, daí podemos concluir que a matemática e/ou a aritmética, talvez também a geometria, pouco deveria ser trabalhada.

Observamos poucos indícios de ensino de geometria, mas declaradamente existia a solicitação de material para prática de aritmética. No mesmo relatório podemos observar que o mesmo professor tem se esforçado, com alunos de sofrível instrução, o conteúdo básico de aritmética, extendendo-se ao sistema métrico, limitado aos pesos e medidas. Continuando seu relatório o Dr. José Ortiz, professor da 2ª cadeira de instrução primária de Vitória, relata:

Com os de 3ª categoria tenho envidado e continuo a envidar todas as forças que me dão a vocação e amor á profissão que exerço. E muito me ufano em poder afirmar a V. S. que d'entre elles alguns de 8 e 11 annos de idade apresentam soffrivel instrucção nas matérias seguintes: [...] 9º mostrar na taboada de multiplicar as quatro espécies fundamentais e de arithmetica; 10º ler e escrever numeros com com algarismos, dando a razão do valor de cada um; 11º ler e escrever numeros com letras de conta romana e do alphabeto; 12º definir o que ãe somar e applicar a definição a qualquer exemplo dado; 13º praticar a 1ª operação de arithmetica; dizer os nomes dos números que a compõe; e tirar a prova dos 9 fora e as duas provas reaes; 14º pesos e medidas [...] (ESPÍRITO SANTO, 1861, APENSO, p.4-3).

Concluimos que talvez Valente (1999) estava certo em sua argumentação, que a geometria restringia-se para um nível de ensino mais avançado, o secundário, que na província do Espírito Santo só existia na capital. Ao nível primário o conteúdo restringia-se, pela natureza do ensino, à aritmética sua teoria

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

e aplicações, e aos pesos e medidas. Nas inquisições feitas pelo Imperador, na sua visita, em 1860, vimos que a aritmética se comportava nas escolas de forma mais teórica do que prática, ainda com muita dificuldade.

Em outro texto Valente (2006, 2010, p. 3372) resume discussões, presentes em Moacyr (1936), onde os políticos buscavam definir os conteúdos de matemática a serem ensinados nas escolas primárias, de primeiras letras, e a conclusão é que:

[...] a matemática a ser ensinada no primário: sobretudo as quatro operações fundamentais da aritmética. A geometria não deve integrar os ensinamentos rudimentares da matemática na escola de primeiras letras. O contar fica ligado diretamente ao aprendizado das tabuadas que sintetizam as operações de soma, subtração, multiplicação e divisão.

Concluimos esta discussão acreditando que a este povo tão humilde e “ignorante” cabiam apenas estudos rudimentares de aritmética, pois os saberes necessários a sobrevivência nesta sociedade ainda são elementares, visto que o desenvolvimento urbano e industrial ainda era incipiente na sociedade brasileira quiçá na sociedade espírito-santense.

Além de servir ao propósito escolar, e ser utilizada nas escolas, acreditamos que a tabuada tenha sido utilizada pelo povo em geral como recurso para fazer contas, assim como hoje se utilizam a calculadora.

Pela simplicidade, ou não complexibilidade, do ensino primário, devidas diversas questões as quais realizamos antecipadamente, estes livros não devem ter chegado à escola primária. E se chegaram não foram utilizados, ou até mesmo rejeitados devido seu grau de complexibilidade. No relatório de João dos Santos Neves, diretor da instrução pública do Espírito Santo, anexo ao relatório



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

governamental de 25 de maio de 1859, encontramos indícios do que acabamos de comentar. Os compêndios chegavam às escolas por meio da presidência, que:

Tanto em Portugal, como no Brasil, os livros passavam por uma análise; os aprovados eram indicados para utilização nas escolas. Registravam-se, nessas determinações, não apenas a preocupação com a qualidade dos manuais, mas também uma forma de assegurar um maior controle sobre os conteúdos e práticas escolares (ZUIN, 2007, p.202-203).

Um dos compêndios utilizados na província do Espírito Santo era o “Método fácilimo para aprender a ler e escrever tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo” que segundo (ZUIN, 2007, p. 145) também era utilizado em outras províncias no Brasil, e este era consagrado no território português. Apesar de não ser um livro somente de matemática, este

[...] pode ser considerado o mais utilizado pelos estudantes das escolas primárias portuguesas. Embora este seja um livro introdutório para a infância, além de leitura e escrita, seu objetivo principal, traz informações sobre algarismos hindu-arábicos e romanos, tabuada de multiplicação e “uma noção clara sobre o systema métrico decimal, adoptado para as novas medidas de Portugal”, bem como “dinheiro português legal”. O texto é composto de perguntas, que vão conduzir o leitor a se aprofundar no tema (ZUIN, 2007, p. 145).

Apontamos de forma correlata à inquisição feita pelo Imperador em sua visita às escolas espírito-santenses, e á falta de recursos pedagógicos, devida escassez orçamentária, que o ensino era feito primordialmente de forma oralizada. Então acreditamos que este tipo de manual, que dialoga com os sujeitos aprendentes, sejam eles alunos das escolas, ou população não escolarizada, seja um veículo interessante para a aprendizagem também de matemática.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Após constatarmos a presença deste manual nas escolas primárias espírito-santenses apontaremos outros livros e/ou manuais que foram utilizados no ensino primário de matemática na província do Espírito Santo. Iniciamos o destaque do livro “Thesouro de Meninos” de Pedro Blanchard, traduzida para o português por Matheus José da Costa. A edição que tivemos acesso é a sexta de 1851. Como nossos indícios de uso no Espírito Santo são posteriores a esta data, acreditamos ser possível que esta edição tenha sido utilizada nas escolas primárias espírito-santenses, não uma similar, ou próxima a ela. Como intitula na capa do referido manual o livro é dividida em três partes: moral, virtude e civilidade. Talvez esta tenha sido a composição inicial do texto. Esta edição, a sexta, é

[...] emendada, ornada com 16 estampas, e enriquecida de extractos de poesia para facilitar a leitura dos versos, de noções preliminares de arithmetica ou as quatro operações, de um compendio de historia sagrada, de breves noções de geographia, e da tabella dos reis de Portugal (BLANCHARD, 1851, 2010, capa).

Consideramos que o referido livro não tinha como gênese de existência ser um livro de uso escolar. O formato, a linguagem didática se dá em função de ser um livro de caráter civilizatório, moralizador. O trecho do livro destinado à matemática, se restringe ao cálculo aritmético e a uma tabela de conversão de pesos e medidas. Não tem nenhuma pretensão de der um compêndio de matemática escolar, apesar de ter sido amplamente utilizado, como já comprovamos.

O livro de Pedro Blanchard, “Tesouro de Meninos”, tem texto com linguagem simples, para pessoas simples. Talvez esta tenha sido a motivação de utilizá-lo em escolas, principalmente primárias, onde os alunos pouco sabiam e precisavam, aos poucos, ir se tornando civilizados, pois eram crianças, e no pensamento da época, precisavam ser docilizados. Mesmo assim não podemos

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

descartar a possibilidade deste ter sido utilizado pelas famílias, fora da escola, na educação doméstica de seus filhos.

Outra obra didática utilizada foi: “Aritmética para meninos, contendo unicamente o que é indispensável e se pode ensinar nas escolas de primeiras letras”. Publicada em 1852 este livro, escrito por um professor, Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889), tinha destino próprio a escola de primeiras letras.

Desta obra não tivemos a sorte de conseguir apreciá-la em seu original, nem tivemos acesso a nenhum detalhamento de seu conteúdo, mas sabemos que a mesma foi amplamente utilizada na província em estudo, e que provavelmente a mesma deve ter um caráter muito mais didático, e de mais proveitosa utilização nas escolas primárias.

Finalizando a reflexão sobre as obras, para ensino de matemática, que tivemos referência de uso nas escolas primárias retomamos uma questão já apontada neste mesmo capítulo: a construção de compêndios didáticos para as escolas brasileiras por autores brasileiros, como era no caso o Professor Coruja, natural de Porto Alegre, Província do Rio Grande do Sul, e o caso do cidadão Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano. Visualizamos, em documentos, a adoção e destinação de uso de seu livro “Arithmetica Mercantil” nas escolas, numa determinação da presidência para o diretor de instrução pública para que encaderne de distribua nas escolas 500 exemplares.

Acreditamos que este linho tenha sido impresso na própria província em estudo, mas não tivemos acesso a nenhum exemplar, e nem mesmo ao seu conteúdo. Mas gostaríamos de apontar que seu autor, segundo Cláudio (1912) assumiu inúmeros cargos públicos de expressão e poder na província do Espírito Santo, e “sua contribuição, porem nem por isso deve ser esquecida, principalmente na parte referente ao ensino publico que nelle teve um docente competentíssimo,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

convindo observar que por mais de 50 anos habitou o Espírito Santo, tendo deixado o berço ainda muito jovem (CLAUDIO, 1912, 2010, p. 141-142).

Em outra passagem Claudio (1912, 2010, p. 141-142) aponta que: “Livros didáticos e de praxe forense compôs não poucos que jamais tiveram publicidade; versando nas línguas grega, latina, italiana e franceza, desses idiomas transplantou para o nosso grande cópia de curiosidades litterarias úteis”.

Acreditamos que o ensino primário de matemática na província do Espírito Santo tenha sido bastante incipiente por motivos aos quais já temos discutidos anteriormente: a falta de docentes qualificados, e/ou habilitados para a envergadura do cargo; as condições precárias das escolas primárias; materiais (dentre eles os livros) inadequados para tal nível de instrução; descaso da população com a instrução pública; dentre outros motivos.

A matemática que era efetivamente ensinada nas escolas primárias pode ser resumida, a partir de nossas investigações, nos seguintes conteúdos: as quatro operações básicas, sendo elas adição, subtração, multiplicação e divisão; princípios de proporção, através da regra de três; e o sistema de pesos e medidas, e sua conversão dos sistemas antigos para o novo sistema adotado no império brasileiro. Esta não apresentava bons resultados, em geral, assim como todo o ensino primário da província durante o período em que nos dedicamos a estudar.

Creemos que nosso principal papel, como construtores desta pesquisa, foi de iniciar uma caminhada em busca de “novas possíveis histórias” sobre o ensino primário de matemática na província do Espírito Santo. Como pioneiros nesta discussão acreditamos que muito nos escorregou entre os dedos, e que precisa ser resgatado, (re) lido, (re) olhado, (re) refletido, e, até mesmo, reconstruído. A quem seguir este rumo, dispomos carinhosamente a nossa pesquisa e análises, que



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

tentamos realizar na perspectiva de construir uma história de um ensino primário de matemática, permeado pelas ações legislativas de Coutto Ferraz.

REFERÊNCIAS

BLANCHARD, Pedro. **Tesouro de Meninos**. Trad. Mattheus José da Costa. 6 ed., Lisboa: Typografia de Antonio José da Rocha, 1851. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CLAUDIO, Affonso. **Historia da literatura espírito-santense**: com um prólogo por Clovis Bevilaqua. Porto: Oficinas do "Comercio do Porto", 1912. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>. Acesso em: 14 de out. de 2010.

CORREIO DA VICTÓRIA. **Ao mesmo**. Vitória: Typografia Capitaniense, de 07 de julho de 1849.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente da Província. **Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859**. Vitctoria: Typografia Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente de Provincia do Espírito Santo Bacharel Pedro Leão Velloso pelo Diretor da Instrucção Pública Sr. João dos Santos Neves em 25 de maio de 1859**. Vitctoria: TYP. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1859a.

_____. Presidente da Província. **Relatório apresentado ao Presidente de Provincia do Espírito Santo José Fernandes da Costa Pereira Junior pelo Diretor da Instrucção Pública Sr. Antonio Rodrigues de Souza Brandão em 30 de abril de 1861**. Vitctoria: Typografia Capitaniense de Pedro Antonio de D'Azeredo, 1861.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M. VEIGA, Cyntia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: Reunião Anual da ANPED, 8., 2005, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-194--Int.doc>. Acesso em: 07 de setembro de 2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. 2 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império** – subsídios para a história da educação no Brasil: 1823-1853. v.1 São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1936.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação, 2008.

SENA, Fabiana. A conversação como modo de distinção no império: tesouro de meninos e código de bom-tom nas escolas brasileiras. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.37, p.253-265, mar. 2010.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A matemática na escola de primeiras letras: o que devem saber os meninos nos primeiros tempos de império. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/301WagnerRodriguesValente.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930**. São Paulo: Amablume: FAPESP, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola Pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set/dez, 2008.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. **O sistema métrico decimal nas escolas primárias brasileiras**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 318 f. Tese de Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.